



NOTÍCIAS EM DESTAQUE – 8/04/2014

PAC da Saúde fez só 9% das obras

Das 15,6 mil Unidades Básicas de Saúde prometidas em 2010 pelo governo federal, apenas 1,4 mil foram efetivamente entregues no país.



As entidades médicas do Brasil se mobilizaram ontem, no Dia Mundial da Saúde, para mostrar que não há motivos para comemorar a data. A principal crítica é contra a falta de investimentos federais no setor, evidenciada pelos atrasos nas obras prometidas no Plano de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), lançado ainda em 2010 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na época, foram prometidas 15,6 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 503 Unidades de Pronto Atendimento (UPA) em todo o país. O relatório mais recente do Ministério do Planejamento mostra a conclusão de apenas 8,78% da meta. No Paraná, as obras de saúde do PAC 2 também estão em ritmo lento. Das 865 UBSs e 29 UPAs prometidas em março de 2010, o Ministério do Planejamento informa que foram concluídas 102 e 2, respectivamente. Porém, as duas UPAs que constam como concluídas no relatório, em Ponta Grossa e Toledo, ainda não funcionam efetivamente.

Nos dois casos, as unidades foram inauguradas no fim de 2012 pelos prefeitos que estavam deixando os cargos: Pedro Wosgrau Filho (PSDB), em Ponta Grossa, e José Carlos Schiavinato (PP), em Toledo. Mas elas devem iniciar o atendimento à população apenas no fim deste semestre.

Segundo o presidente do Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM-PR), Maurício Marcondes Ribas, o governo federal faz “muita propaganda”, mas entrega poucas obras para a população. “São anunciados grandes projetos em rede nacional, mas os investimentos são muito baixos. Há um subfinanciamento crônico e falta de gestão”, opina.

Custeio

O atual secretário municipal de Saúde de Ponta Grossa, Erildo Mueller, diz que a gestão anterior não previu a verba de custeio para a UPA, e por isso não foi possível fazer nada em 2013. Segundo ele, foi aprovada uma parceria público-privada (PPP) para gerir a mão de obra e [funcionamento](#) da UPA, mas, no mês passado, na véspera do pregão para seleção de uma empresa, o processo foi barrado por decisão judicial. “Apresentamos recurso à Justiça, estamos tentando fazer uma licitação emergencial e ainda preparando outro edital. O que ocorrer primeiro será aplicado”, afirmou.

Segundo Mueller, o custo mensal para manutenção de uma UPA é de R\$ 1,1 milhão. “O município deve sempre analisar a construção de uma estrutura municipal, pois erguer o prédio é fácil, o difícil é manter. Os repasses do governo federal não são suficientes para manter a estrutura.” A UPA de Ponta Grossa vai ajudar a desafogar o sistema de urgência e emergência do SUS, que hoje está concentrado no Hospital Municipal, com atendimento de 500 a 600 pessoas por dia. A previsão é que a UPA atenda 300 pacientes ao dia. “Não deixamos de atender hoje, mas há sobrecarga, e filas”, diz Mueller. (ROSANA FÉLIX – GAZETA DO POVO)

Saúde de mal a pior

Metade das emergências de hospitais avaliadas têm pacientes nos corredores

Dados do CFM mostram que o Ministério da Saúde deixou de aplicar mais de R\$ 100 bilhões no SUS ao longo dos últimos 13 anos

Quando se comemora o Dia Mundial da Saúde, comissão que avaliou oito emergências de grandes hospitais no país apresenta relatório apontando que metade das unidades tem pacientes alocados nos corredores, quase 70% trabalham com a capacidade de ocupação estourada, além de problemas como falta de luvas e até de água. A comissão é formada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), Comissão de Direitos Humanos da Câmara, com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil e Ministério Público Federal.

Os resultados foram apresentados na tarde desta segunda-feira (7/4) na sede do CFM, em Brasília. Um dos pontos levantados foi o subfinanciamento da Saúde. Dados do CFM mostram que o Ministério da Saúde deixou de aplicar mais de R\$ 100 bilhões no SUS ao longo dos últimos 13 anos.

De acordo com as informações, dos R\$ 52,8 bilhões autorizados para investimentos no setor, de 2004 a 2013, apenas R\$ 5,5 bilhões foram efetivamente gastos. Essa análise não leva em conta gastos com custeio - como salários, contas de água, aluguel. (RENATA MARIZ – CORREIO WEB)

Depois o governo reclama da perda de apoio entre os servidores

“Irritação dos servidores faz todo sentido. Governo ainda tem tempo de atender justa pauta dos servidores e contar com o apoio deles na eleição”

A lógica fiscalista e fazendária adotada pelo governo da presidente Dilma em relação aos [servidores](#) públicos tem sido a principal razão para a perda de apoio no interior do funcionalismo público, que teve papel importante em sua eleição em 2010.

O primeiro aspecto a destacar é que o reajuste salarial dos anos de 2013, 2014 e 2015 (no total de 15,8%) ficou abaixo da inflação, assim como a correção da tabela do imposto de renda nesse período, resultando em perda de poder aquisitivo.

O segundo aspecto diz respeito ao não pagamento de causas ganhas judicialmente, muitas das quais já sumuladas pela própria AGU, mas que, para não afetar o superávit primário, toma medidas meramente protelatórias, aumentando a dívida do governo e deixando os servidores profundamente irritados.

O terceiro aspecto se refere à atualização dos benefícios como os auxílios alimentação, creche e planos de saúde, assim como os valores de diárias, que, além de atraso na atualização, os valores pagos aos servidores do Poder Executivo (que representa o maior contingente) são em média a metade do pago em outros poderes e órgãos.

O quarto aspecto está relacionado com indenizações criadas para fixar servidores em localidade de difícil acesso ou em faixas de fronteiras, que o governo não regulamenta. A lei da indenização de fronteira, por exemplo, foi publicada em setembro de 2013 e até o dia 7 de abril, oito meses depois, ainda não tinha sido regulamentada.

O quinto aspecto tem a ver com a omissão do governo em regulamentar a Convenção 151 da OIT, que trata da negociação coletiva no serviço público, que aguarda projeto de lei propondo sua regulamentação há anos.

O sexto aspecto diz respeito à resistência do governo à votação no Congresso de qualquer matéria que implique aumento de despesa ou perda de receita, como é o caso da PEC 555/2006, que colocaria fim ao confisco aos aposentados e pensionistas do serviço público.

Com tamanho passivo, a irritação dos servidores faz todo sentido. O governo ainda tem tempo de atender minimamente a pauta dos servidores públicos, que é absolutamente justa, e contar com o apoio desses formadores de opinião por ocasião do processo eleitoral. (ANTONIO AUGUSTO DE QUEIROZ – CONGRESSO EM FOCO)

André Vargas perde apoio do PT e deve ser pressionado a renunciar

Na avaliação de ministros e dirigentes petistas, o caso pode alimentar a CPI da Petrobras, desgastar ainda mais a presidente Dilma Rousseff, que concorrerá à reeleição

O Palácio do Planalto e a cúpula do PT vão pressionar o deputado André Vargas (PT-PR), vice-presidente da Câmara, a renunciar ao mandato. Na avaliação de ministros e dirigentes petistas, o caso Vargas pode alimentar a CPI da Petrobras, desgastar ainda mais a presidente Dilma Rousseff, que

concorrerá à reeleição, e prejudicar as candidaturas do ex-ministro da Saúde Alexandre Padilha ao governo de São Paulo e da senadora Gleisi Hoffmann à sucessão paranaense.



Planalto aliviado com a saída de cena de um dos defensores do "Volta, Lula"

No Planalto, o comentário é que o [pedido de licença do deputado](#), apresentado ontem, não resolve a questão. A situação de Vargas é definida no Planalto como "delicadíssima", insustentável num ano eleitoral.

A bancada do PT na Câmara vai se reunir hoje para avaliar o assunto. Vargas está em Brasília, mas até agora não se sabe se ele participará do encontro. Na quinta-feira, a Executiva Nacional do partido também vai se reunir, em São Paulo, e deve ser nomeada uma comissão interna para que Vargas dê explicações.

O presidente do PT, deputado Rui Falcão, conversou ontem com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a crise política. "Até a semana passada o PT tratava o caso como um assunto pessoal do deputado. Agora, diante das novas informações, a executiva nacional terá que discutir o caso", disse o presidente nacional do PT, Rui Falcão. "Sempre temos que trabalhar com a presunção da inocência, mas o PT não convalida este tipo de relação, se é que ela existe."

O PT teme que a permanência de Vargas no Legislativo dê munição ao PSDB e acabe respingando em Padilha, que era ministro da Saúde e agora é candidato à sucessão do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Além disso, adversários de Gleisi, no Paraná, também já começaram a usar as denúncias para atingir a campanha do PT.

Alguns deles integrantes da sigla comparam o caso de Vargas ao do ex-dirigente Silvio Pereira, obrigado a deixar o PT após ser presenteado por uma empresa com um Land Rover. As informações são do jornal O ESTADO DE S. PAULO.

Vargas se licencia da Câmara; caso é remetido ao STF

Pressionado pelas denúncias de que teria negócios com Alberto Youssef, André Vargas (PT-PR) pediu ontem licença por 60 dias do mandato e do cargo na mesa executiva da Casa. Já a Justiça Federal remeteu ao Supremo Tribunal Federal (STF) todos os documentos da Operação Lava Jato que ligam Youssef a Vargas. Como deputado, Vargas tem direito a foto privilegiado no STF e uma eventual investigação contra ele tem de ser comandada pelo Supremo.

No pedido de licença do mandato e do cargo de vice-presidente da Câmara, Vargas alegou "motivos pessoais". Em nota de esclarecimento divulgada pela sua assessoria, argumentou que quer "preservar a instituição da qual faz parte, a Câmara dos Deputados, enquanto prepara sua defesa diante do massacre midiático que está sofrendo, fruto de vazamento ilegal de informações".

A assessoria do deputado destacou ainda que Vargas "segue à disposição dos órgãos competentes para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários". "O deputado reafirma seu compromisso com sua história política e sua luta em defesa do povo paranaense e do Brasil, sempre", conclui a nota.

Caberá ao STF encaminhar o caso de Vargas à Procuradoria-Geral da República, que decidirá se pede ou não abertura de investigação. A Justiça Federal, que decidiu remeter o caso ao Supremo, considera que há "elementos probatórios que apontam para relação entre Youssef e o deputado". Apesar disso, a Justiça avalia que ainda é prematura afirmação de que o relacionamento entre o doleiro e Vargas "teria natureza criminosa". Apenas a parte relativa ao parlamentar da Operação Lava Jato seguirá para o STF.

Conselho de ética -Oposição protocola dois pedidos de investigação contra vice da Câmara
PSDB, DEM e PPS protocolaram ontem uma representação pedindo a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra André Vargas (PT-PR), vice-presidente da Câmara dos Deputados. O processo pode levar à cassação do parlamentar. Na representação, os partidos da oposição pedem que o Conselho de Ética convide o doleiro Alberto Youssef a prestar depoimento sobre sua relação com

Vargas. Além dessa representação, o PSol protocolou um pedido de investigação contra Vargas na Corregedoria da Câmara. A sigla ainda anunciou que deve entrar hoje com uma nova representação, desta vez no Ministério Público, para investigar Vargas.

Versões - Confira as várias versões de André Vargas sobre sua relação com o doleiro Alberto Youssef:

- O voo

Após a revelação de que voou com a família de Londrina a João Pessoa em um jatinho fretado pelo doleiro, Vargas alega que pediu o avião porque voos comerciais estavam muito caros. Na ocasião, ele afirmou que pagou o combustível. Estima-se que o custo da viagem foi de R\$ 100 mil.

- 2ª versão

Depois, em uma nota, Vargas disse que tentou, mas não conseguiu pagar R\$ 20 mil dos gastos de combustível para Youssef. “Ele não aceitou”, informou o deputado.

- Carona

Depois, em discurso na Câmara, Vargas declarou que só embarcou no voo porque acreditava tratar-se de uma carona. Negou ainda ter feito qualquer tipo de pressão no governo favorável aos interesses de Youssef.

- “Vou atuar”

Neste fim de semana, a revista Veja revelou trocas de mensagens entre Vargas e o doleiro. Em uma delas, Youssef afirma: “Estou enforcado. Preciso de ajuda para captar...”. Na mesma conversa, Vargas responde: “Vou atuar.” Youssef também afirma que negociação com o Ministério da Saúde vai garantir a “saúde financeira” dele e do deputado. AGÊNCIA ESTADO